

Reinventar o Parque Mayer

Salvar e recuperar o Capitólio



O Capitólio na actualidade: vista geral do edifício

O Parque Mayer é um dos espaços de Lisboa mais significativos, dentro da área de expansão principal da cidade na transição dos séculos XIX-XX. Seguindo o eixo da Avenida da Liberdade, ele situa-se aproximadamente a meio do trajecto, do lado esquerdo para quem sobe. Foi inicialmente o jardim do palacete Mayer, a ele contíguo a nascente, e que faz frente para a avenida e para a rua do Salitre (é hoje o Consulado de Espanha).

No fundo, podemos dizer que o Parque Mayer, com os seus teatros e esplanadas, jogos e restaurantes-tascas, herdou e prolongou a tradição

dos lugares de folia que tradicionalmente se situavam às portas da cidade, representando de algum modo a passagem da ordem urbana para o "caos" (e a dimensão do "lúdico") de fora-de-portas. A rua do Salitre era o percurso de saída histórico, deste lado de Lisboa. Do Passeio Público ao Circo do Salitre, o período de Setecentos a Oitocentos assistiu à localização nesta área de lugares de diversão e de saída ou entrada na cidade. Neste sentido, toda a área da rua dos Condes e das Portas de Santo Antão constitui igualmente um núcleo lúdico, ligado às portas da cidade (aqui me-

dieval), e cujo prolongamento histórico, funcional e festivo reencontramos na bolsa urbano-rural que o Parque Mayer representa.

O seu tempo de apogeu, sobretudo na primeira metade do século XX, está assinalado nas formas arquitectónicas dominantes do recinto, datando dos anos 1930. Para além das fachadas modestas e populares do *Variedades* ou do *Maria Vitória*, sobressaem os estilos Art Deco e Modernista, em que o arquitecto Cristino da Silva desenhou o pórtico de acesso (com os espectaculares "pilares de luz") e sobretudo o *Capitólio*.

As *Revistas*, espectáculos populares de teatro, dança e música, foram a alma deste recinto, cuja decadência atravessou toda a segunda metade de Novecentos. Sucessivas tentativas de reconversão do espaço (em escritórios, em habitação, em comércio), foram falhando - sempre com o protesto dos artistas e viventes do "Parque".

É porém indiscutível que, do ponto de vista arquitectónico, o salão de music-hall, cinema e teatro *Capitólio* se define, desde 1931, como a "peça" marcante de todo o recinto "mayerense". Obra classificada, mas inaceitavelmente destruída e decadente, merece a nossa atenção especial neste texto.

Depois de muitas hipóteses colocadas para a recuperação ou renovação do Parque Mayer, nos últimos e atribulados anos da gestão municipal, culminando no projecto de Frank Gehry, que previa a destruição pura e simples do Capitólio; depois do edifício ter sido incluído, em 2005-2006 (vergonhosamente para Portugal) na lista mundial de edifícios valiosos em perigo de

Tema de Capa



O espaço principal do interior do Capitólio: a sala de espectáculos



Utilização de extensas vigas em betão para suporte da cobertura (obra arrojada do eng.º Bêlard da Fonseca)

destruição; depois de ter sido finalmente anunciado publicamente que o edifício seria recuperado - eis a oportunidade para pensar realmente na salvaguarda deste precioso testemunho da primeira arquitectura modernista portuguesa. Na oportunidade, reeditamos e adaptamos parte de um texto de alerta e de reflexão, publicado no Expresso em 2003.

"(...) De facto, o Capitólio constitui, na sua eloquente ruína actual, um monumento do século XX, nada mais do que "...a primeira obra modernista da arquitectura portuguesa" (cf. "Património Arquitectónico e Arqueológico Classificado", Lisboa, IPPAR, 1993, vol. 2, pág. 73). A sua classificação como Imóvel de Interesse Público tem cerca de vinte anos (Decreto n.º 8/83 de 24/1). Assim e bem, o entendeu digna e esperançosamente a inovadora gestão municipal de 1989-90, que em sessão histórica nele realizada, anunciou as iniciativas previstas para uma "Lisboa Nova" planeada e modernizada - entre as quais, o plano para a Avenida da Liberdade, então decidido e malogradamente implementado.

Este tão precioso como desprezado edifício, obra do arquitecto Luís Cristino da Silva (1896-1976), autor da Praça do Areeiro, do Café Portugal e (curiosamente) do Casino de Monte Gordo, entre muitas obras que o colocam na primeira linha da geração modernista dos anos 1930, é em si mesmo uma edificação revolucionária, que marcou na época a introdução no nosso país de tecnologias, conceitos e funções inovadoras.

Na ocasião da grande exposição dedicada a este arquitecto, em 1998 (depois itinerante em várias escolas de arquitectura do país até 1999) a Fundação Gulbenkian teve a oportunidade de incentivar o estudo aprofundado da sua obra, com base no espólio do autor doado à instituição, e com uma longa preparação expositiva que permitiu conhecer com muito detalhe a história do Capitólio - um dos ex-libris de Cristino como criador modernista (foi até produzida uma minuciosa maquete em madeira).

Deste modo, sabemos que do Capitólio, projectado e edificado entre 1925-1931, devem ser destacados, entre vários atributos notáveis, o ter sido um inovador "salão de music-

-hall e variedades", agrupando pela primeira vez a sala de espectáculos interior (para teatro, com palco e camarins anexos) e o cinema sobre o terraço superior, ao ar livre; o ter utilizado extensas vigas em betão para suporte da cobertura (obra arrojada do eng.º Bêlard da Fonseca) permitindo assim amplos espaços livres de apoios intermédios; o ter tido as famosas "rampas rolantes" de acesso ao terraço, maravilha me-



Foyers do Capitólio: o acesso à sala de espectáculos

cânica desta feérica e luminosa época Art Deco; e o ter incluído os vastos envidraçados móveis, laterais, que Cristino idealizava como painéis policromos em vitrais de padrões geométricos, e que, abrindo no Verão, permitiam a consagração de uma das qualidades mais gratas do Espaço da Arquitectura Moderna: a interligação interior-exterior, a transparência luminosa entre "dentro" e "fora", entre público e privado...como Frank Lloyd Wright ou Mies Van Der Rohe então se esforçavam por provar. (in catálogo "Luís Cristino da Silva Arquitecto", Lisboa, Fundação Gulbenkian, Lisboa, 1998, págs. 64-65).

(...) Que obra notável não seria, encomendar hoje a um arquitecto qualificado a recuperação do Capitólio, com a reconstrução do seu espaço original (que Cristino já revisitava, saudoso, uma última vez, em desenho seu de 1974) - abolindo os acréscimos espúrios que adaptações mesquinhas introduziram indevidamente neste precioso organismo? Seria promover uma obra de cultura, evidente - e, num país com uma visão contemporânea minimamente 'decente', não seria necessário estarmos aqui a insistir neste ponto, porque ele devia ser aspiração municipal e oficial, já que apenas deseja respeitar e restaurar um legado, único e indiscutível, da arquitectura portuguesa e moderna de Novecentos.

Eis, em suma, as razões porque achamos que o Capitólio é uma peça incontornável, constituindo mesmo o ponto de partida obrigatório, para qualquer concepção arquitectónica e urbanística de um novo espaço no Parque Mayer. Reforcemos a ideia, a finalizar, com estas constatações:


1 - a implantação central do Capitólio, evidentemente intencional, no coração do espaço lúdico e públi-



Painéis policromos em vitrais de padrões geométricos

co daquele recinto. Bem o entenderam várias das propostas que equipas de arquitectos convidados a conceber o novo espaço apresentaram, nos últimos anos. Esta localização evidente é realçada pela simetria da sua composição formal, com a torre de vidro altaneira no grande corpo prismático abstracto; não deve pois ser negada ou contrariada, mas antes entendida e reafirmada.

2 - a sua complexidade espacial e volumétrica, não obstante a aparente simplicidade de aspecto, com a potencial transparência lateral dos envidraçados, e o terraço superior aberto a toda a sua volta. Estes dois aspectos, bem entendidos e recuperados, poderiam facilmente ser a base da reafirmação, com sentido actual e activo, da sua centralidade funcional e estética: um verdadeiro "monumento moderno", no meio da praça pública do velho parque. Pode o Capitólio ter sido malquerido, ou até preterido, no âmbito múltiplo doutros espaços, mais populares, da revista do parque; pode ter estado longos anos decadente, pornogerido e abandonado (lá vi "O Gigante" no terraço já mal coberto

dos anos 60, ou o "Garganta Profunda" nos escândalos saborosos do pós-25 de Abril); mas não podemos ignorar a sua mais valia, o seu valor arquitectónico, cultural e histórico, que tornaria crime a sua demolição, ou, pior ainda, por extremo cínica a alegada "recuperação de fachada" transposta para outro local (mas que é isto? Entramos no kitsch bacoco da Disneylândia?). Olhemos de frente os nossos valores, mesmo que problemáticos, e estaremos a respeitar o país, Lisboa e a sua comunidade urbana." 

NOTA

Fotografias cortesia do grupo de trabalho "Cidadãos pelo Capitólio".

Lembramos que, desde o dia 21 de Junho de 2005, o Capitólio é um dos 100 monumentos presentes na "World Monuments Watch - 100 Most Endangered Sites", uma lista elaborada pela World Monuments Fund.

**Grupo de Trabalho
"Cidadãos pelo Capitólio"**

**JOSÉ MANUEL FERNANDES,
Arquitecto**